

UMA RELEVANTE ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 80 ANOS

Paulo Galvão Júnior (*)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo traz uma análise abrangente da economia brasileira ao longo de 80 anos, de 1944 a 2024, e aborda uma série de eventos econômicos e políticos que moldaram o desenvolvimento econômico do país durante esse longo período. Durante o período 1944-1985, o Brasil experimentou uma intensa industrialização, e posteriormente, no período 1986-2024 foi caracterizado por um período de desindustrialização.

Já é bastante conhecido pelos prezados leitores que em 1944, em pleno Estado Novo (1937-1945), o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil era o advogado gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954). Naquele ano, dois fatos foram marcantes e afetaram a economia brasileira. Primeiro, externamente, a Conferência de Bretton Woods:

“(…) realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)” (SANDRONI, 2004, p. 171).

Segundo, internamente, em 2 de julho de 1944, o primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com 5.379 expedicionários partem do porto do Rio de Janeiro em direção ao porto de Nápoles, na Itália, para ao lado das forças dos Aliados combater os italianos fascistas e os alemães nazistas no Velho Continente em plena Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Aproximadamente 80 anos após a Conferência de Bretton Woods, que foi realizada entre 1 e 22 de julho de 1944, no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, com a presença ilustre do renomado economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), e do chefe da delegação do Brasil, o economista e diplomata brasileiro Eugênio Gudín (1886-1905), vê-se agora, uma economia brasileira completamente diferente.

O sistema de conversibilidade monetária que emergiu de Bretton Woods durou até 15 de agosto de 1971, quando o presidente americano Richard Nixon (1913-1994) decidiu

encerrar à convertibilidade do dólar norte-americano em ouro. Isso significa que países capitalistas não podiam mais trocar dólares por ouro, e o fim da convertibilidade do dólar americano em ouro marcou o colapso do sistema de Bretton Woods e levou a um sistema de taxas de câmbio flutuantes, onde as moedas passaram a ser determinadas pelo mercado, pela lei da oferta e da demanda por moedas estrangeiras.

Cabe ressaltar que a economia brasileira sofreu mudanças significativas nas últimas oito décadas. No Brasil ocorreu à era do desenvolvimentismo e industrialização, o regime militar com seu "milagre econômico", a redemocratização com desafios econômicos e hiperinflação, o Plano Real e suas consequências, o crescimento econômico sustentado dos anos 2000, até os desafios recentes, como a recessão econômica, a Operação Lava Jato e a pandemia da COVID-19.

AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NOS ÚLTIMOS 80 ANOS

Ao longo dos últimos 80 anos, o Brasil passou por transformações significativas na esfera econômica e social. Essas mudanças econômicas e sociais moldaram a trajetória do país, refletindo a complexidade e diversidade das cinco regiões brasileiras.

O Brasil passou por um processo intenso de industrialização, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro cresceu de 12,1% em 1947 para 21,8% em 1985, além de forte urbanização, as duas grandes metrópoles brasileiras cresceram significativamente, São Paulo e Rio de Janeiro, impulsionadas pela forte migração do campo para a cidade.

O Brasil passou por diferentes planos econômicos entre 1948 e 1994, foram 15 planos econômicos em 46 anos consecutivos como o Plano SALTE (1948) e o Plano Real (1994). É importante ressaltar que a História Econômica do Brasil é complexa e marcada por uma série de desafios sociais ao longo das últimas oito décadas como 10,9 milhões de jovens entre 15 a 29 anos de idade, que não estudam nem trabalham no Brasil no ano de 2022, conhecidos popularmente como “nem-nem”, conforme o IBGE.

Para o economista Bresser-Pereira (1998, p. 147-142):

“No Brasil, o planejamento econômico vem sendo praticado desde os anos 40, mas o primeiro plano econômico que realmente foi implementado com êxito foi o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. O Plano Trienal, elaborado (por Celso Furtado) no Governo João Goulart, não teve condições políticas para ser aplicado, dada a crise que o país atravessava. O PAEG, 1964-

1966, elaborado por Roberto Campos após o Golpe de 1964, serviu de instrumento para uma política econômica relativamente ortodoxa e para um grande arrocho salarial, mas serviu também de base para algumas reformas econômicas importantes que os governos anteriores não tinham tido condições políticas de implementar: a reforma bancária e a criação do Banco Central, a reforma do mercado de capitais, a criação do FGTS (...). O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970-1974, elaborado pelo ministro do Planejamento Reis Veloso, coincidiu com a expansão cíclica, deu ênfase à indústria de bens de consumo duráveis (...).”

De 1948 a 1963 ocorreram três planos econômicos, mas, no Governo Vargas (1951-1954) não ocorreu plano econômico. Os três planos econômicos durante os anos populistas foram o Plano SALTE (1948), o Plano de Metas (1956) e o Plano Trienal (1962), no auge da Guerra Fria (1947-1991).

Durante a Ditadura Militar ocorreu cinco planos econômicos: PAEG (1964), PED (1968), I PND (1971), II PND (1974) e III PND (1980). O “milagre econômico” brasileiro começou em 1968 e terminou em 1973 e nestes seis anos consecutivos ocorreu um forte crescimento da economia brasileira. Em 1973, a taxa de crescimento do PIB foi de 14,0% ao ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Durante a Nova República o país passou por seis programas fracassados de estabilização econômica, Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990), e Plano Collor II (1991), até chegar o sucesso na estabilização econômica com o Plano Real (1994).

A sociedade brasileira reagiu de maneiras diversas a essas mudanças econômicas ao longo do tempo, experimentando períodos de otimismo e frustração diante das fases dos ciclos econômicos. E as consequências sociais e políticas desses planos econômicos são bem complexas e multifacetadas. Por exemplos, durante o período de industrialização, a sociedade brasileira vivia com otimismo. Já no período de desindustrialização, é visível o pessimismo, a incerteza, e as preocupações com as condições atuais e futuras.

Ao longo de oito décadas no continental, populoso, tropical e emergente Brasil, houve uma série de planos econômicos destinados a promover o crescimento econômico e a conter a inflação alta que assolava o país. Sim, o Brasil implementou quinze planos econômicos entre 1948 e 1994:

PLANO ECONÔMICO	DATA DE IMPLANTAÇÃO	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	MOEDA EM VIGOR	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (em %)	TAXA DE INFLAÇÃO (IGP-DI)
Plano SALTE	10/05/1948	Eurico Gaspar Dutra	Cruzeiro	9,7%	8,0%
Plano de Metas	01/02/1956	Juscelino Kubitschek	Cruzeiro	2,9%	24,6%
Plano Trienal	28/12/1962	João Goulart	Cruzeiro	6,6%	51,6%
PAEG	20/11/1964	Castello Branco	Cruzeiro	3,4%	92,1%
PED	10/06/1968	Costa e Silva	Cruzeiro Novo	9,8%	25,5%
I PND	04/11/1971	Emílio Médici	Cruzeiro	11,3%	19,5%
II PND	10/09/1974	Ernesto Geisel	Cruzeiro	8,2%	34,6%
III PND	31/03/1980	João Figueiredo	Cruzeiro	9,2%	110,2%
Plano Cruzado	28/02/1986	José Sarney	Cruzado	7,5%	65,0%
Plano Cruzado II	21/11/1986	José Sarney	Cruzado	7,5%	65,0%
Plano Bresser	15/06/1987	José Sarney	Cruzado	3,5%	415,9%
Plano Verão	15/01/1989	José Sarney	Cruzado Novo	3,2%	1.782,9%
Plano Collor	16/03/1990	Fernando Collor	Cruzeiro	-4,3%	1.476,7%
Plano Collor II	01/02/1991	Fernando Collor	Cruzeiro	1,0%	480,2%
Plano Real	01/07/1994	Itamar Franco	Real	5,9%	909,7%

Tabela 1. Os planos econômicos no Brasil entre 1948 e 1994.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Na Tabela 1 observa-se claramente que no período entre 1948 e 1994 o Brasil enfrentou várias mudanças nas moedas e diferentes planos econômicos implementados nas tentativas de conter a inflação, reestruturar a economia brasileira e promover o crescimento econômico. Alguns planos econômicos tiveram sucesso a curto prazo, enquanto, outros enfrentaram sérios desafios na sua implementação em território brasileiro.

A análise desses planos econômicos ao longo do tempo proporciona insights valiosos sobre a evolução econômica do país nos últimos 80 anos, e como a sociedade brasileira reagiu às súbitas mudanças de oito moedas: cruzeiro (1942-1967), cruzeiro novo (1967-1970), cruzeiro (1970-1986), cruzado (1986-1989), cruzado novo (1989-1990), cruzeiro (1990-1993), cruzeiro real (1993-1994) e real (1994 até o dia de hoje), além de 15 planos econômicos: Plano SALTE (1948), Plano de Metas (1956), Plano Trienal (1962), PAEG (1964), PED (1968), I PND (1971), II PND (1974), III PND (1980), Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990), Plano Collor II (1991) e Plano Real (1994).

1944 a 1964: Desenvolvimentismo e Industrialização

Durante este período de 20 anos, o Brasil adotou uma política de desenvolvimento baseada na industrialização e substituição de importações. Grandes projetos de infraestrutura foram implementados, como a construção do estádio do Maracanã em 16 de junho para a Copa do Mundo de 1950 e a construção de Brasília em 1960, a terceira capital do Brasil desde 1549.

O país sul-americano experimentou um crescimento econômico considerável, pela política de substituição de importações, mas, também enfrentou desafios, como a taxa de inflação que subiu de 8,0% em 1948 para 72,6% em 1964. O período de 1944 a 1964 no Brasil foi caracterizado por uma abordagem econômica conhecida como desenvolvimentismo, que buscava promover o desenvolvimento industrial e a autonomia econômica do país.

O governo brasileiro adotou uma estratégia de substituição de importações, em outras palavras, que o país buscava desenvolver sua própria indústria para produzir internamente bens de consumo duráveis que anteriormente eram importados.

Como bem observou Celso Furtado em **Formação Econômica do Brasil**, na década de 1950 aconteceu um desnível de preços entre produtos importados e os nacionais. O custo de vida havia aumentado. A inflação cresceu. E o sistema bancário subministra fatores necessários para o aumento dos preços, porém ele não é o único fator dessa elevação (FURTADO, 2007). Ou seja, enquanto o sistema bancário desempenha um papel, outros elementos econômicos e sociais também contribuíram para o cenário inflacionário. Diversos fatores, como a urbanização acelerada, o aumento da demanda por bens e serviços, bem como questões estruturais e políticas, também podem ter influenciado no cenário de inflação alta.

O economista Eugênio Gudin foi chefe da delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods em 1944, um dos fundadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro em 1944 e Ministro da Fazenda em 1954, durante o Governo Café Filho:

“(…) a Instrução 113 foi baixada ainda no governo Café Filho, por iniciativa do ministro da Fazenda e expoente do pensamento liberal brasileiro, Eugênio Gudin, e autorizava a importação de bens de capital “sem cobertura cambial”, vale dizer, sem o emprego de divisas” (GIAMBIAGI; DE CASTRO, et al., 2005, p. 52).

O Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) em 1948 buscava promover o desenvolvimento em áreas consideradas fundamentais para o crescimento econômico e social. Focava na melhoria da saúde pública, na produção de alimentos, no transporte rodoviário e na construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso, por exemplos.

Ocorreram grandes investimentos em infraestrutura para apoiar o desenvolvimento industrial. Isso incluiu a construção de estradas como a Rodovia Presidente Dutra em 19 de janeiro de 1951, ligando a cidade de São Paulo a cidade do Rio de Janeiro, as duas cidades mais populosas do Brasil, ferrovias, portos e a criação da indústria de base, como a siderurgia com a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1951.

Em 1953, foi criada a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (S.A.), a Petrobras, uma empresa estatal de petróleo para explorar e desenvolver os recursos petrolíferos do país. Isso teve um impacto significativo na autossuficiência energética a partir do retorno de Getúlio Vargas ao cargo de presidente do Brasil na cidade do Rio de Janeiro.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK) foi marcante na economia brasileira. E o presidente JK lançou o Plano de Metas em 1956, com 30 metas em cinco setores estratégicos como energia (Metas 1 a 5), transporte (Metas 6 a 12), alimentos (Metas 13 a 18), indústria de base (Metas 19 a 29), e educação (Meta 30). E a Meta-Síntese é a construção da nova capital, Brasília, no Planalto Central, entre os paralelos 15° e 20°.

O Plano de Metas de JK foi um plano quinquenal, visava acelerar o processo de industrialização na economia brasileira e que pretendia alcançar taxas elevadas de crescimento econômico em diversos setores. E a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1956 e 1960 foi de respeitáveis 8,1% ao ano, conquistado pelo entusiasmo econômico do forte slogan “50 anos em 5” do Governo JK:

“(...) esse sinal de atraso econômico que JK se empenhou em reverter, valendo-se, para tanto, de pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica, reunidos em seu Plano de Metas. Com ele, o país viveria o apogeu do desenvolvimentismo” (GIAMBIAGI, DE CASTRO, et al., 2005, p. 48).

Um dos marcos desse período foi à construção da nova capital do Brasil, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Esse belo projeto urbanístico do arquiteto Lúcio Costa aliado ao moderno projeto arquitetônico do arquiteto Oscar Niemeyer visava promover o desenvolvimento do interior do país e atrair investimentos estrangeiros diretos (IEDs).

Para Kubitschek (1978, p. 19-20):

“(...) o Brasil teria que produzir tudo aquilo que constitui o núcleo original do enriquecimento dos povos há mais tempo empenhados na industrialização de grande porte. Industrializar aceleradamente o país; transferir do exterior para o nosso território as bases do desenvolvimento autônomo; fazer da indústria manufatureira o centro dinâmico das atividades econômicas nacionais”.

No Plano de Metas de JK, a meta principal era 50 anos de prosperidade em 5 anos de governo. De acordo com Kubitschek (1978, p. 203):

“Ao regressar do Nordeste, chamei Sete Câmara, subchefe do Gabinete Civil, e, após relatar-lhe a impreensão que tivera da seca, disse-lhe: Aquilo não pode continuar. Temos de resolver o problema de uma vez. Desejo que converse com os técnicos que trabalham conosco e encontre uma solução com urgência. Não quero uma providência paliativa, mas uma solução definitiva, apoiada em bases técnicas”.

Entra em cena, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o economista paraibano Celso Furtado, pois a industrialização ficou concentrada nas regiões Sul e Sudeste, e apenas com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, no qual Celso Furtado foi o seu primeiro superintendente, localizada em Recife, a convite de JK, se vê uma preocupação em industrializar a antiga região agroexportadora do Brasil, o Nordeste.

A criação da SUDENE não foi fácil para JK em 1959. Segundo o próprio Kubitschek (1978, p. 309) em suas memórias:

“No que dizia respeito à superintendência da futura SUDENE, era violenta a oposição à nomeação de Celso Furtado. Sendo ele um técnico e não um político, os líderes nordestinos iniciaram uma campanha no sentido de que o cargo fosse entregue a um elemento ligado à oligarquia desde muitos anos dominante na região. E era isso, justamente, o que eu desejava evitar. Entretanto, como o anteprojeto teria de ser aprovado antes, julguei prudente dizer aos deputados, senadores e governadores nordestinos que não havia ainda pensando em nomes e que o importante seria a aprovação da lei”.

Kubitschek (1977, p. 421) enfatizou em seu livro de memórias, “Nesses cinco anos de Governo, o Brasil cresceu cinquenta vezes nos vários setores de sua economia. Mas sua maior meta foi a democracia”. Em 31 de janeiro de 1961, em Brasília, JK passa a faixa presidencial verde-amarela ao seu sucessor, o presidente matogrossense Jânio Quadros, após fazer o Brasil crescer 50 anos em 5. Mas, Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, assume o vice-presidente em 8 de setembro de 1961, o advogado gaúcho João Goulart, conhecido popularmente como Jango.

O Brasil experimentou um crescimento econômico significativo durante esses vinte anos. No entanto, isso também foi acompanhado por desafios como inflação alta e um aumento na dívida externa. Apesar do crescimento econômico, aumentou as desigualdades regionais entre a região Sudeste, em comparação com outras regiões mais pobres, como Norte e Nordeste. E aumento das disparidades sociais entre as classes mais ricas (Classes A e B) e as classes mais pobres (Classes D e E).

Mesmo durante e após os “anos dourados” de JK, a distribuição da renda foi extremamente desigual no Brasil. Segundo os dados do IBGE, os 10% mais ricos detinham 39,6% da Renda Nacional (RN) em 1960, crescendo para 46,7% em 1970, e aumentando para 50,9% em 1980. Enquanto, os 50% mais pobres possuíam 17,7% da RN em 1960, caindo para 14,9% em 1970, e diminuindo para 12,6% em 1980.

O Plano Trienal (1963-1966) foi lançado em 1963, antes do golpe militar, pelo economista paraibano Celso Furtado e primeiro ministro do Planejamento do Brasil, mas foi interrompido pelos militares. Esse plano econômico buscava promover o desenvolvimento econômico por meio do aumento da produção industrial, investimentos em infraestrutura e controle da inflação.

De acordo com o economista Antônio Corrêa de Lacerda et al. (2008, p.112), “No final de 1962, poucos meses antes do plebiscito que restabeleceria o regime presidencialista, foi

apresentado por Celso Furtado, Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, o Plano Trienal, uma resposta política do governo à aceleração inflacionária e à deterioração econômica externa que objetivava dar continuidade ao desenvolvimento do país”.

A política econômica do presidente gaúcho João Goulart (07 de setembro de 1961 a 31 de março de 1964) teve o seu ápice no Plano Trienal, que aprofundou o processo de substituição de importações, através do financiamento estatal. Contudo, a taxa de inflação no Brasil chegou a 92,1% ao ano em 1964. Ressaltou o presidente João Goulart, em seu histórico discurso em 13 de março de 1964, no Comício das Reformas de Base no Rio de Janeiro, para 200 mil pessoas presentes na Central do Brasil e para 80 milhões de brasileiros pelas rádios e TVs da época:

"A democracia, trabalhadores brasileiros, a democracia de um patricio que eles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, a democracia da antireforma, a democracia do antisindicato, ou seja, aquela que melhor atenda os seus interesses ou dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, é a democracia da intolerância, é a democracia do ódio”.

“A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás; é a democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que possa lutar contra o povo. É a democracia que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício”.

Presidente Jango defendeu democraticamente as Reformas de Base no Brasil: Reforma Agrária, Reforma Administrativa, Reforma Tributária, Reforma Educacional, Reforma Política-Eleitoral, Reforma Urbana, Reforma Bancária, Reforma Cambial, Reforma Universitária e Reforma do Capital Estrangeiro.

As Reformas de Base implementadas mudariam significativamente a economia brasileira. E as Reformas de Base tinham como prioridades a Lei de Remessa de Lucros (que determinava a cota de dinheiro que as empresas multinacionais poderiam enviar a seus países de origem), o fim da Instrução 113 (que favorecia o desenvolvimento de empresas estrangeiras no País e prejudicava as empresas brasileiras de bens de capital) e a implantação da Eletrobrás (que incorporaria todo o setor de energia elétrica no Brasil).

No objetivo de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico do País era necessário implementar as Reformas de Base, principalmente, a Reforma Agrária. De cunho capitalista a Reforma Agrária seria realizada pelos próprios camponeses sem-terra em terras improdutivas, por desapropriação de terras, gerando empregos e alimentos saudáveis para a população brasileira, porque os camponeses passavam fome e eram explorados pelos latifundiários em 1964. Em seu discurso das Reformas de Base no Rio de Janeiro, Jango cita os países civilizados do mundo que já realizaram a Reforma Agrária como o Japão, a Itália, o México e a Índia.

Em 1963, a inflação subiu a 79% e o PIB brasileiro avançou apenas 0,6%. As falhas do Plano Trienal criaram uma séria crise institucional. Então, o presidente João Goulart, em uma atitude de desespero, passou a fazer uso de decretos-lei, tentando nacionalizar várias empresas privadas de petróleo, e desapropriando terras para fins de reforma agrária:

“O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam os eixos rodoviários, os leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas com saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, a um comércio odioso, a um comércio intolerável”.

“Camponeses brasileiros, graças aos convênios e da colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a SUPRA, graças a essa colaboração, meus patrícios, eu espero que, dentro de menos de 60 dias, já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas. Que já comecem a ser divididos os latifúndios ao lado das ferrovias, ao lado dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação”.

A Reforma Agrária durante o governo de João Goulart foi um dos pontos mais controversos de sua administração. Jango propôs uma série de medidas progressistas, incluindo reformas sociais e econômicas, com o intuito de reduzir a desigualdade no país. E a Reforma Agrária visava promover a redistribuição de terras para os camponeses e melhorar as condições de vida no campo.

No entanto, essa proposta foi recebida com grande resistência por parte das elites brasileiras, tanto no campo quanto nas cidades, que temiam perder seus privilégios e propriedades rurais. Além disso, a Guerra Fria estava em pleno vigor na época, e os Estados Unidos da América (EUA) viam qualquer movimento que pudesse ser associado ao comunismo com grande desconfiança.

Assim, a interpretação da Reforma Agrária como uma medida comunista, junto com outros fatores políticos e econômicos, contribuiu para a queda de João Goulart em 1964. Então, os militares brasileiros, apoiados por setores conservadores da sociedade civil, como as classes média e alta e até mesmo a Igreja Católica, lideraram o golpe que depôs Jango.

Esse período pavimentou o caminho para uma industrialização mais intensa no Brasil, e, sobretudo, com investimentos maciços em setores como o automobilístico, energia, transporte e indústrias de base, mas também deixou desafios econômicos que foram enfrentados nas décadas seguintes.

1964 a 1985: Ditadura Militar e Crescimento Econômico Acelerado

A Ditadura Militar começou em 31 de março de 1964, com a rebelião militar do general Olímpio Mourão Filho e foi instaurado um regime autoritário por 21 anos. Mas, foi um período de crescimento econômico acelerado, com fortes investimentos em setores como construção civil, indústria e agricultura, que impulsionaram o PIB nacional. No entanto, houve aumento da dívida externa, das desigualdades sociais e da repressão política.

O período de 1964 a 1985 no Brasil foi marcado pela Ditadura Militar, que teve influência significativa na política, sociedade e economia do país. Em 1 de abril de 1964, ocorreu um golpe militar que resultou na deposição do presidente João Goulart no Rio de Janeiro. Esse evento marcou o início da Ditadura Militar no Brasil e que durou até as eleições indiretas de Tancredo Neves em janeiro de 1985.

Ocorreram cinco planos econômicos durante a Ditadura Militar. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o primeiro plano econômico lançado em 1964. O PAEG tinha como objetivo conter a inflação e estimular o crescimento econômico. Ele enfatizou a austeridade fiscal, a contenção de gastos públicos e a promoção dos IEDs.

No ano de 1964, durante o Governo Castello Branco, foram criados o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). O BACEN foi criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e é a autoridade monetária do país, responsável por executar a política monetária e cambial determinadas pelo CMN.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) foi elaborado sob a supervisão do ministro do Planejamento Hélio Beltrão e implementado pelo ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto. Era um plano econômico que procurava definir uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

O PED em junho de 1968 do Governo Costa e Silva apresentava como elementos fundamentais o programa de investimentos nas áreas consideradas estratégicas, a programação de instrumentos financeiros para a execução das novas medidas e um conjunto de instrumentos de ação indireta sobre o setor privado.

Com o PED buscava-se ampliar substancialmente os setores dinâmicos da economia brasileira para acelerar o crescimento econômico e conter a taxa de inflação. O PED considerava fundamental acabar com três problemas: i) baixa produtividade agrícola; ii) grande concentração de renda; e iii) fraca demanda da mão de obra pelo setor industrial.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi implementado durante a Ditadura Militar em 1971. Este plano econômico do presidente Emílio Médici tinha como objetivo orientar o desenvolvimento econômico do país a longo prazo, abrangendo diversos setores da economia como energia, transporte, telecomunicações e indústria de base. No transporte rodoviário, destaque-se a construção da Ponte Rio-Niterói em 4 de março de 1974.

Em 1973, o Brasil era o terceiro maior importador de petróleo do planeta, atrás apenas de EUA (país capitalista mais rico do mundo) e Japão (segundo país capitalista mais rico, na época, hoje, a quarta maior economia do planeta). O Primeiro Choque do Petróleo ocorreu em 1973, quando os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com sede em Viena, na Áustria, diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em três meses, ou seja, aumento de 301,7%, logo, aumentando a dívida externa brasileira.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que foi lançado em 1974, durante o Governo Ernesto Geisel, após sofrer os impactos econômicos do Primeiro Choque do Petróleo em 1973. O II PND buscava promover o desenvolvimento econômico sustentado, levando em consideração não apenas o crescimento quantitativo, mas também a qualidade e a distribuição dos benefícios desse crescimento econômico, mas, provocou um enorme endividamento externo.

Em 1974, o economista Edmar Bacha cunhou o termo Belíndia para revelar o que seria a distribuição de renda no Brasil: um disparate entre as condições luxuosas da Bélgica e a miséria da Índia. Bacha criou um país fictício chamado Belíndia, e marcou uma época de PIB alto da economia brasileira na década de 1970, todavia de elevada desigualdade social. De acordo com o Professor Egon Nort (1997, p. 449):

“Nosso país é uma BELÍNDIA. Se pararmos o crescimento demográfico, a população da parte Índia será gradativamente transferida para a parte Bélgica. Se insistirmos em aumentar a parte Índia, nesta era da informática, sem empregos e sem renda, o cidadão que nasceu sem planejamento, ao acaso, será empurrado para a escravidão econômica e, neste inferno, ele não se importará em matar ou até mesmo em morrer. O cidadão da parte Bélgica, por mais que se cuide, será assaltado em qualquer esquina e será sufocado pela violência, pois continuará morando no Terceiro Mundo e navegando no mesmo barco”.

O Governo Ernesto Geisel realizou muitas obras faraônicas: i) Usinas siderúrgicas de Tubarão (ES) e Açominas (MG); ii) Usinas hidrelétricas de Itaipu (PR), Tucuruí (PA) e Sobradinho (BA); e iii) Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental para construção de 8 usinas nucleares (não concluídas) em 1975. A primeira usina nuclear brasileira só entrou em operação comercial em 1985 e opera com um reator de água pressurizada, o mais utilizado no mundo. Com 640 megawatts de potência, Angra I, na bela cidade de Angra dos Reis, no RJ, gera energia suficiente para suprir uma cidade de 1 milhão de habitantes. A segunda usina nuclear, Angra II, começou a operar comercialmente em 2001. E Angra III ainda não foi concluída depois de 49 anos. Logo, cinco usinas nucleares foram pagas, mas não construídas.

Segundo o Professor Paulo Sandroni (2014, p. 663), o II PND:

“(...) propunha-se transformar o Brasil numa “potência emergente”, deslocando-o do Terceiro Mundo, subdesenvolvido, para o espaço dos países altamente industrializados e desenvolvidos. Para atingir esta meta, o PND do governo Geisel centralizava seus esforços em três direções governamentais: substituir importações, elevar as exportações e ampliar o mercado interno consumidor”.

O presidente Ernesto Geisel optou promover o crescimento econômico com poupança externa e implantou o Programa Nacional do Alcool (PRÓ-ÁLCOOL). E o PRÓ-ÁLCOOL foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo brasileiro, a partir de 1975, devido o Primeiro

Choque do Petróleo, ocasionada pelos países da OPEP, que boicotaram o fornecimento de petróleo às nações aliadas a Israel e reduziram a produção mensal do ouro negro, provocando uma escassez mundial e um aumento do preço do barril de petróleo.

Em 14 de novembro de 1975 o Decreto nº 76.593 cria o PRÓ-ÁLCOOL. Este programa foi idealizado pelo físico José Walter Bautista Vidal e pelo engenheiro Urbano Ernesto Stumpf este último conhecido como o pai do motor a álcool. O programa substituiu a gasolina por álcool etílico, o que gerou 10 milhões de automóveis a gasolina a menos rodando no Brasil, diminuindo a dependência do País ao petróleo importado, sobretudo, poluindo muito menos o meio ambiente do que a gasolina.

Em 1979, o preço do barril de petróleo voltou a subir (desta vez de US\$ 14 para US\$ 30), em resultado de nova ação concertada da OPEP. Chamou-se a este aumento de 114,2% o Segundo Choque do Petróleo. O corte na venda e distribuição do petróleo por parte do segundo maior produtor mundial, o Irã, em meio à Revolução Islâmica, pela qual passou o país em 1979, comanda pelo xiita Aiatolá Khomeini. E a OPEP atua para controlar o volume da produção de petróleo e os preços internacionais do barril de petróleo.

Para conter o aumento do preço do barril de petróleo, o Federal Reserve (FED) aumentou as taxas de juros nos EUA e provocou uma recessão generalizada. Era o início da hiperinflação brasileira, posteriormente, o México decretou moratória em 1982, ou seja, o calote da sua dívida externa com o FMI e o BIRD.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) foi, de fato, implementado durante o governo do presidente João Figueiredo, último presidente da Ditadura Militar, entre 1979 e 1985, após sofrer os impactos econômicos do Segundo Choque do Petróleo em 1979. O III PND foi lançado em 1980, marcando o início do governo Figueiredo e continuando as iniciativas de planejamento econômico iniciadas anteriormente.

Sob o governo militar, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico acelerado, conhecido como o "milagre econômico". Isso ocorreu principalmente entre 1968 e 1973. O país registrou altas taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita, além de investimentos maciços em setores como construção civil e indústria.

Durante o "milagre econômico" houve um impulso significativo na indústria automobilística, com a instalação de montadoras estrangeiras no Brasil. Ocorreram obras

faraônicas como a BR-230, a famosa Rodovia Transamazônica, que liga Cabedelo na Paraíba (PB) até Lábrea no Amazonas (AM), que iniciou os 4.260 km em 27 de agosto de 1972. Hoje, estima-se que restam apenas 2.000 km para concluir a rodovia federal que atravessa sete estados brasileiros (PB, CE, PI, MA, TO, PA e AM) depois de 52 anos.

Entre 1968 e 1973, a taxa de crescimento econômico foi de 11,2% ao ano; facilidades de crédito para comprar bens de consumo duráveis; arrocho salarial; atrair novos IEDs; taxa de inflação medida pelo Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna (IGP-DI) caiu de 25,5% em 1968 para 15,6% em 1973; aumento extraordinário da dívida externa; surgia uma nova classe média; “Era preciso primeiro fazer o bolo crescer, para só depois dividi-lo”, conforme o Ministro da Fazenda, o economista Delfim Netto.

O endividamento externo cresceu no Brasil, na época denominado um país integrante do Terceiro Mundo. Para sustentar o crescimento econômico acelerado, o Brasil contraiu empréstimos significativos no mercado internacional. Isso resultou em um aumento substancial da dívida externa no FMI e no BIRD, agora parte do Grupo Banco Mundial. E o crescimento da dívida externa brasileira foi de US\$ 3,9 bilhões em 1964 para US\$ 93,3 bilhões em 1985, conforme os dados do BACEN.

O regime militar foi caracterizado por uma forte repressão política, com prisões arbitrárias, tortura e censura à imprensa. As violações dos direitos humanos tiveram impactos diretos na liberdade política. Após o golpe militar de 1964, o país ficou sob um governo autoritário que suspendeu as garantias constitucionais, prendeu opositores políticos e implementou medidas repressivas.

Na década de 1980 ocorre à primeira década perdida, e as pressões internas e externas levaram a um processo gradual de abertura política. O regime militar começou a ceder espaço para a redemocratização do país. A inflação crescente e os desequilíbrios nas contas externas provocaram o fim do “milagre econômico”.

É preciso destacar que entre 1950 a 1980, o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente no mundo, à frente do Japão. A taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de 7,4% ao ano. Todavia, o crescimento econômico foi à custa do empobrecimento da maioria da população brasileira.

A Ditadura Militar no Brasil foi uma das mais longas e mais duras da América Latina. De acordo com o sociólogo Darcy Ribeiro (2010, p. 54):

“A ditadura militar, nos seus vinte anos de despotismo, tudo degradou. O que era bom estragou. O que já era ruim piorou. Na economia, de milagre em milagre, empobreceu impiedosamente o povo já miserável, e enriqueceu nababescamente o capitalista da especulação e seus associados das empresas estrangeiras”.

Os planos heterodoxos de estabilização econômica foram implementados e contribuíram muito para o surgimento da Década Perdida de 1980 (1,4% ao ano) e para aumentar a desigualdade social no País.

Então, surge a estagflação, a estagnação econômica com acentuada inflação. A máquina para remarcar preços foi o símbolo do período da hiperinflação. No Brasil criou-se o terrível medo do monstro chamado inflação. De acordo com o Professor Paulo Sandroni (2014, p. 416), inflação é o “Aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda”. A inflação brasileira foi chamada de dragão, tigre, boi bravo, vampiro, ou seja, sempre pronta para morder o aumento do salário mínimo da classe trabalhadora.

Pressões populares levaram à aprovação da Emenda Constitucional (EC) Dante de Oliveira em 1984, que propunha eleições diretas para presidente e vice-presidente. Embora a EC não tenha sido aprovada no Congresso Nacional por 22 votos de diferença, esse movimento popular contribuiu para a redemocratização. E com a morte do presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, em São Paulo no dia 21 de abril de 1985, assumiu o seu vice, José Sarney, que na presidência inaugurou um novo período na História do Brasil, a Nova República.

Impulsionado por obras públicas, o PIB brasileiro chegou a crescer 14% em 1973, para cair a -4,3% em 1981, após um arrocho salarial. De acordo com o Banco Mundial, em 1980, o Brasil era a oitava economia do mundo, mas o terceiro país mais desigual do planeta, com 30% da população analfabeta.

A Ditadura Militar durou 21 anos, começou em 31 de março de 1964, com as tropas do 2º Exército brasileiro do general Olympio Mourão nas ruas de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, e terminou com a eleição indireta do político mineiro Tancredo Neves, pelo Colégio Eleitoral, em Brasília, em 15 de janeiro de 1985.

O Brasil parou novamente em 21 de abril de 1985, e chorou muito com a morte do presidente eleito Tancredo de Almeida Neves, aos 75 anos, apenas comparável com o suicídio do presidente Getúlio Dornelles Vargas, o líder da Revolução de 1930, com um tiro no coração disparado por revólver Colt calibre 32, aos 72 anos, em 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, na bela cidade do Rio de Janeiro.

A Ditadura Militar deixou várias heranças negativas para a sociedade brasileira. Uma das piores heranças foi o legado de violações dos direitos humanos. Durante 21 anos, ocorreram censura à imprensa, perseguição política, tortura, desaparecimentos forçados e execuções sumárias de opositores ao regime militar.

O período da Ditadura Militar deixou um legado complexo e multifacetado que continua a afetar o país até os dias atuais como prática de desvio de recursos públicos, a cultura de autoritarismo e a intolerância política, mas, com realizações econômicas notáveis. E a transição para a democracia na década de 1980 foi um marco importante na História Econômica do Brasil, além de lutas pelos direitos humanos e liberdades civis.

1985 a 1994: Crise Econômica e Redemocratização

A década de 1980 foi marcada por uma crise econômica, caracterizada por hiperinflação e estagnação. O país passou por um processo de redemocratização, culminando na Constituição Federal (CF) de 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”.

O período de 1985 a 1994 no Brasil foi marcado pela redemocratização e por desafios econômicos como a indexação na economia brasileira, que durou de 1964 (início da Ditadura Militar) a 1994 (criação do Plano Real). Segundo Paulo Sandroni (2014, p. 408), a indexação é um “Mecanismo de política econômica pelo qual as obrigações monetárias têm seus valores em dinheiro corrigidos com base em índices oficiais do governo”. E os principais eventos desse período de nove anos foram os sucessivos planos econômicos entre 1986 e 1994.

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada uma nova CF, consolidando o processo de redemocratização e estabelecendo as bases para a organização política e social do Brasil. A nova CF trouxe avanços significativos em termos de direitos individuais, garantias fundamentais, e estabeleceu o Estado Democrático de Direito. Ela também trouxe

mudanças nas estruturas do governo, fortalecendo o sistema democrático e estabelecendo as bases para uma sociedade mais inclusiva e participativa.

Durante grande parte do final da década de 1980, o Brasil enfrentou um cenário de hiperinflação, com taxas mensais extremamente elevadas. E a taxa de inflação subiu de 65,0% em 1986 para 1.782,9% em 1989. Para lidar com a hiperinflação no Brasil, planos econômicos de estabilização foram implementados, como o Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990), Plano Collor II (1991) e Plano Real (1994).

Segundo o Professor Antonio Lanzana (2012, p. 91):

“A inflação tem sido um dos temas mais discutidos dentro das análises sobre a economia brasileira. Ao longo das últimas décadas, o Brasil viveu as mais diferentes experiências inflacionárias: desde o programa bem sucedido de combate à inflação do Governo Castello Branco (1964-1967) até o Plano Real (1994), o país passou por seis programas fracassados de estabilização (Cruzado, Cruzado II, Bresser, Verão, Collor, Collor II), assistiu a um processo crescente de indexação e esteve à beira da hiperinflação, no final do Governo Sarney (março/1990)”.

A hiperinflação (uma inflação acima dos níveis adequados e fora de controle) destruiu o poder aquisitivo dos trabalhadores. O custo de vida ficou muito caro no Brasil. Os custos mensais com alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário e transporte subiram do Plano Cruzado (1986) até o Plano Real (1994).

No Plano Cruzado surgiu o gatilho salarial, que permaneceu no Plano Cruzado II, o gatilho salarial, porém, os índices de inflação no Brasil eram ajustados de modo a evitar o seu disparo de todo modo, em 1987, o índice atingiu um patamar que disparou o gatilho, disparava a cada 20% na taxa de inflação. Conforme o Professor Cyro Rezende (1999, p. 176):

“Uma semana após a estrondosa vitória eleitoral do governo, o tão necessário ajuste no Plano foi anunciado, sendo conhecido por Cruzado II. Seu objetivo básico era aumentar a arrecadação do governo (sendo, portanto passível de ser qualificado como pacote fiscal), por meio do reajuste de certos preços públicos (combustíveis, energia elétrica, tarifas telefônicas e postais) e da majoração de impostos indiretos incidentes sobre automóveis, bebidas e cigarros. Deveria provocar um violento choque inflacionário (120% de aumento no preço dos

cigarros, por exemplo), de modo a absorver toda a inflação reprimida durante o período de congelamento”.

O congelamento de preços, a Tabela da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) e os Fiscais do Sarney foram decisivos para os três primeiros meses de sucesso do Plano Cruzado em 1986. Segundo Paulo Sandroni (2014, p. 887), a Unidade de Referência de Preço (URP) é o:

“Índice que substituiu o gatilho salarial no reajuste de salários e que determinou tetos para o reajuste de alguns preços. Seu valor inicial, em vigor, a partir de 15/6/1987, era igual a cem e permaneceu inalterado até o término da fase de congelamento fixado pelo Plano Bresser, em no máximo noventa dias. Nos três meses seguintes, os salários passariam a ser reajustados mensalmente, a uma taxa fixa determinada pela variação média mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ocorrida durante o período de congelamento”.

Durante a década de 1990, houve um movimento significativo em direção à privatização de empresas estatais em setores como telecomunicações, energia e siderurgia. Algumas das empresas notáveis privatizadas durante esse período incluem a Companhia Vale do Rio Doce, a Telebrás, a CSN, entre outras. Essas privatizações tiveram impactos significativos na economia brasileira, redefinindo o papel do Estado na gestão de empresas públicas.

Fernando Collor de Mello foi eleito presidente em 1989 no segundo turno das eleições diretas, assumiu o cargo em 15 de março de 1990, tornando-se o primeiro presidente do Brasil eleito por voto direto após o trágico período da Ditadura Militar (1964-1985), mas seu governo foi marcado por política econômica inspirada no Conselho de Washington e por escândalos de corrupção. Ele enfrentou um processo de impeachment em 1992, tornando-se o primeiro presidente do Brasil a sofrer tal destituição pelo Congresso Nacional. E Fernando Collor renunciou ao cargo em 29 de dezembro de 1992 em Brasília, antes que o processo de impeachment fosse concluído pelo Congresso Nacional.

O Plano Real implementado em 1994 durante o governo de Itamar Franco e liderado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) como Ministro da Fazenda, foi crucial para controlar a inflação, estabilizar a moeda e criar as condições para o crescimento econômico sustentável. A taxa de inflação mensurada pela Fundação Getulio Vargas (FGV) caiu de 2.708,4% em 1993 para 909,7% em 1994, posteriormente, diminuindo significativamente para 1,71% em 1998.

O período de 1985 a 1994 foi desafiador, com a redemocratização coincidindo com crises econômicas, além da hiperinflação que assolava a população. Logo, a estabilização da economia com o Plano Real marcou o início de uma fase mais estável e promissora para o Brasil, abrindo caminho para as transformações socioeconômicas das décadas seguintes.

1994 a 2000: Plano Real e Estabilização Econômica

O Plano Real, implementado em 1994, trouxe estabilidade econômica ao controlar a inflação. E o Brasil abriu sua economia para o comércio internacional e implementou reformas estruturais. O período de 1994 a 2000 no Brasil foi marcado por uma série de eventos econômicos e políticos, destacando-se a implementação bem-sucedida do Plano Real.

Há 30 anos, o Plano Real foi implementado em 1994, durante o governo do presidente Itamar Franco e teve como principal arquiteto o então Ministro da Fazenda, o sociólogo fluminense FHC. O objetivo central do plano econômico era controlar a hiperinflação persistente e estabilizar a economia brasileira com uma criação de uma moeda forte. E a estabilidade de preços permitiu uma melhor previsibilidade para empresas e consumidores.

O Plano Real pode ser dividido em três etapas: I. Programa de Ação Imediata (PAI): Responsável pela política fiscal restritiva da economia brasileira. Foram implementadas medidas para controlar o déficit público e reduzir a dívida pública do governo; II. Unidade Real de Valor (URV): Antes do lançamento da moeda real, foi criada a URV em 1 de março de 1994. A URV funcionou como uma moeda virtual, uma moeda fictícia, que estava atrelada ao dólar americano e foi usada para indexar contratos e preços. Essa etapa teve o objetivo de controlar a inflação e preparar a transição para a nova moeda. Em 1 de março uma URV equivalia a CR\$ 647,50 e em 30 de junho correspondia a CR\$ 2.750,00; III. Real: Em 1º de julho de 1994, o Brasil adotou o real como sua moeda oficial, substituindo o cruzeiro real. E o real foi introduzido com um valor inicial atrelado ao dólar norte-americano, ou seja, um real equivale a um dólar.

Apesar do sucesso do Plano Real no controle da inflação, o Brasil enfrentou desafios econômicos, como desequilíbrios fiscais e uma dívida pública significativa. Esforços para enfrentar esses desafios incluíram iniciativas de reformas estruturais, especialmente na área fiscal.

O governo brasileiro implementou um extenso programa de privatizações na década de 1990, vendendo várias empresas estatais nos setores de telecomunicações, energia, siderurgia e mineração. Isso buscou aumentar a eficiência e atrair investimentos estrangeiros.

FHC foi eleito presidente do Brasil em 1994 e reeleito em 1998. Seu segundo mandato foi marcado por esforços contínuos para consolidar a estabilidade econômica e implementar reformas estruturais. E o Brasil também enfrentou impactos de crises financeiras internacionais, como a Crise no México em 1994, a Crise Asiática em 1997, a Crise da Rússia em 1998, e a Crise na Argentina em 2001 que afetaram as finanças públicas e a confiança do mercado.

A crise financeira no Brasil em 1999 foi um período marcado por turbulências econômicas e desvalorização da moeda. A crise financeira brasileira começou com a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano. E a manutenção dessa paridade tornou-se insustentável diante das pressões externas e dos desequilíbrios internos.

E o Plano Real possibilitou a estabilidade econômica e abrindo caminho para reformas e mudanças estruturais e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas de finanças públicas visando à responsabilidade no uso dos recursos públicos. No entanto, os desafios persistentes mostraram a necessidade de esforços contínuos para fortalecer a economia brasileira nas décadas seguintes.

2000 a 2010: Crescimento Econômico Sustentado e Desafios Sociais Persistentes

O início do século XXI foi um período de crescimento econômico, impulsionado por commodities e demanda externa. No entanto, desafios como desigualdade social, corrupção e infraestrutura deficiente persistiram nos 26 estados e no Distrito Federal (DF).

O período de 2000 a 2010 no Brasil foi caracterizado por um crescimento econômico significativo, impulsionado por vários fatores, como o aumento dos preços das commodities agrícolas, minerais e energéticas, mas, também enfrentou desafios sociais persistentes como na saúde, na segurança pública e na educação.

Durante a primeira década do século XXI, o Brasil experimentou um crescimento econômico sustentado, impulsionado principalmente pelo aumento da demanda global por commodities, das quais é um grande produtor e exportador. No ano de 2003, o Brasil era a décima quinta maior economia do planeta, com um PIB nominal de US\$ 493 bilhões.

O aumento da estabilidade econômica e a redução da inflação contribuíram para a expansão do mercado interno, com aumento do consumo das famílias. E o Governo Federal implementou programas sociais, como o Bolsa Família, que busca combater a fome, interromper o ciclo de reprodução da pobreza e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade social. O Programa Bolsa Família vem contribuindo para a melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros.

O Brasil adotou uma política externa ativa, buscando maior protagonismo global. Participou ativamente em fóruns internacionais e buscou ampliar suas relações comerciais, especialmente com outros países em desenvolvimento. E buscou desempenhar um papel mais proeminente nos assuntos internacionais, participando ativamente do grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Descobertas significativas de reservas de petróleo na camada pré-sal impulsionaram o setor de petróleo e gás natural, proporcionando uma perspectiva promissora para o futuro energético do país. E o setor financeiro brasileiro passou por uma expansão, com a consolidação de bancos e um aumento no acesso a serviços financeiros. A ampliação de agências bancárias, o avanço da tecnologia bancária e o desenvolvimento de novos produtos financeiros contribuíram para tornar os serviços bancários mais acessíveis a uma parcela maior da população brasileira.

Apesar do crescimento econômico, o Brasil continuou a enfrentar desafios sociais persistentes, como a elevada desigualdade de renda, o número crescente de pessoas em situação de rua, além da falta de acesso a serviços básicos relacionados à educação (o analfabetismo) e à saúde (faltam médicos, enfermeiros e remédios no Sistema Único de Saúde – SUS).

O período foi marcado por mudanças no cenário político, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e sua reeleição em 2006. Dilma Rousseff sucedeu a Lula em 2011, sendo a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, como também, o segundo presidente a sofrer o processo de impeachment.

Embora tenha havido avanços econômicos e sociais significativos durante esse período, surgiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alguns dos desafios estruturais e sociais ainda persistiam, preparando o cenário para futuras transformações e debates sobre políticas públicas. E o Brasil continuaria a enfrentar uma série de desafios nas décadas seguintes como a elevada carga tributária.

2010 a 2020: Desaceleração Econômica e Crise Política

O Brasil enfrentou desafios econômicos, incluindo uma recessão em 2015-2016 e altos índices de desemprego. Escândalos de corrupção e a Operação Lava Jato abalaram a estabilidade política. E o período de 2010 a 2020 foi marcado por uma desaceleração econômica, e desafios sociais, que moldaram a trajetória do país.

A partir da segunda metade da década de 2010, o Brasil enfrentou uma desaceleração econômica, influenciada por fatores como a queda nos preços das commodities, aumento do desemprego e incertezas econômicas globais. Mas, em 2011, o Brasil superou o Reino Unido tornando-se a sexta maior economia do mundo.

O período foi marcado por uma série de crises políticas, incluindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. A crise política exacerbou a incerteza e afetou a confiança dos investidores, dos empresários e dos consumidores.

A Operação Lava Jato, uma investigação de corrupção que começou em 2014, revelou extensos esquemas de corrupção envolvendo empresas estatais, empreiteiras e políticos de alto escalão. Isso teve um impacto profundo na política e na economia brasileira.

O Brasil enfrentou uma recessão econômica em 2015 e 2016, com queda no PIB de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, aumento do desemprego e pressões inflacionárias. Essa recessão econômica foi a mais severa registrada nas últimas décadas.

O advogado paulista Michel Temer assumiu a presidência após o impeachment de Dilma Rousseff e liderou esforços para implementar reformas econômicas. Em 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente no segundo turno, marcando uma mudança política.

O governo Jair Bolsonaro buscou implementar reformas econômicas, incluindo a reforma da previdência, com o objetivo de melhorar a sustentabilidade fiscal. E o governo Bolsonaro expressou intenção de implementar outras reformas, incluindo a tributária e a administrativa, como parte de uma estratégia para atrair IEDs e estimular o crescimento econômico. Essas reformas visam simplificar o ambiente tributário e reduzir a burocracia.

Apesar de alguns avanços, desafios sociais persistentes, como desigualdade, acesso limitado à educação de qualidade, continuaram a ser fonte de preocupação social. E a superação desses desafios sociais persistentes requer uma abordagem abrangente, envolvendo tanto ações governamentais quanto o comprometimento da sociedade civil.

O período de 2010 a 2020 foi caracterizado por uma combinação de eventos que impactaram a economia e a política brasileira. As mudanças políticas e os desafios sociais ressaltam a complexidade do cenário brasileiro durante essa década. E a busca por soluções para esses desafios continuaria a ser uma prioridade nos anos seguintes.

2020 a 2024: A Pandemia da COVID-19 e Recuperação Econômica

A partir de 2020, o Brasil, assim como o resto do mundo, enfrentou os impactos da pandemia da COVID-19. A crise de saúde sanitária teve repercussões econômicas significativas, incluindo a recessão econômica em 2020 e o aumento do desemprego.

A pandemia da COVID-19 teve impactos significativos na economia brasileira, resultando em recessão e aumento do desemprego. E o Governo Federal implementou medidas para mitigar os impactos econômicos, incluindo programas de auxílio emergencial e da atenuar os impactos da pandemia do novo coronavírus nesse período.

Teve um impacto significativo na economia global, e o Brasil não foi exceção. Setores como turismo e serviços foram particularmente afetados devido às medidas de lockdown e restrições implementadas para conter a propagação do coronavírus nos 5.570 municípios.

A gestão da crise de saúde pública, a distribuição de vacinas e a implementação de medidas de saúde preventivas desempenharam um papel crítico na resposta à pandemia. E o governo implementou medidas para mitigar os impactos econômicos da pandemia,

incluindo programas de auxílio emergencial para trabalhadores informais e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A pandemia da COVID-19 destacou e exacerbou desigualdades sociais existentes, com grupos vulneráveis enfrentando desafios adicionais em termos de acesso à saúde, emprego e educação. E a recuperação econômica dependeria da eficácia das políticas adotadas para controlar a pandemia, distribuir vacinas e estimular a retomada de setores mais afetados. E o Governo Bolsonaro defendeu políticas de liberalização econômica, privatizações e reformas estruturais para impulsionar o crescimento econômico do Brasil. E a Eletrobrás foi privatizada por R\$ 33,7 bilhões em 9 de junho de 2022.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Reforma Tributária no Congresso Nacional através da Emenda Constitucional nº 132/2023. Em 22 de janeiro de 2024, surge a Nova Indústria Brasil (NIB), uma nova política industrial para enfrentar o processo de desindustrialização que começou a partir de 1980, ou seja, o declínio da participação do setor industrial no PIB brasileiro e na estrutura econômica do país, com menos fábricas e menos trabalhadores atuando no setor secundário da economia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, ao longo desses quase 80 anos, a economia brasileira experimentou altos e baixos, com desafios sociais persistentes. Questões como a necessidade de reformas estruturais, aprimoramento do ambiente de negócios, investimento em educação de qualidade e infraestrutura logística, além da busca por políticas econômicas sustentáveis continuam sendo pontos cruciais para o desenvolvimento econômico do Brasil no futuro.

Convém frisar que o maior problema do país, historicamente, é a sua má distribuição de renda, cujo Índice de Gini é de 0,489 em 2022, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). E a posição do Brasil em termos de PIB per capita e de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) refletem essa desigualdade econômica, com a classificação global em 77ª colocação na renda per capita, com US\$ 20.079 em 2023, de acordo com o FMI, e no ranking mundial do IDH em 87º lugar, com 0,754 em 2021, conforme o PNUD.

A NIB em 2024 representa uma resposta contemporânea à desindustrialização, infelizmente, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro caiu de 21,8% em 1985 para 11,0% em 2019. E a NIB busca revitalizar o setor industrial como um impulsionador fundamental do crescimento econômico do emergente Brasil, a nona maior

economia do mundo, com um PIB nominal de US\$ 2,13 trilhões em 2023, mas, com uma dívida pública federal que já chegou a R\$ 6,5 trilhões no ano de 2023, além de um contingente de quase 40 milhões de trabalhadores informais, é um pouco menos do que a população total do desenvolvido Canadá, com 40,5 milhões de habitantes.

Finalizando com uma reflexão crítica do economista Celso Furtado (IBGE, 2006, p. 13):

“(…) O Brasil cresceu. Hoje em dia, é uma das dez maiores economias do mundo e tem um sistema industrial complexo. Mas, ao mesmo tempo, este País tem uma massa enorme de subempregados. A parte da população que não participa dos benefícios do desenvolvimento é tão grande que este passa a ser um dos principais problemas, senão o prioritário, de quem governa o Brasil”. Cabe uma relevante pergunta do Professor Celso Furtado: **“Qual será o futuro deste País?”**.

Em suma, este artigo oferece uma visão histórica valiosa da economia brasileira nos últimos 80 anos e destaca a importância de entender as complexidades do passado para moldar o futuro mais equitativo, justo e sustentável. À medida que o Brasil avança com a presidência do Grupo dos Vinte (G20) em 2024, e, sobretudo, na capacidade de aprender com os sucessos e fracassos dos planos econômicos, será crucial forjar uma reflexão crítica sobre o passado e uma compreensão profunda da economia brasileira na atualidade, e principalmente, semear um futuro melhor com a prosperidade econômica, a justiça social e a sustentabilidade ambiental para as gerações presentes e futuras, em outras palavras, com o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia Editora das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio; DE CASTRO, Lavínia Barbosa; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOULART, João. **Discurso no Comício das Reformas de Base no Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://soundcloud.com/tema-livre/jo-o-goulart-13-03-1964>. Acesso em: 06 fev. 2024.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

LACERDA, Antônio Côrrea de; BOCCHI, João Idelbrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Meu caminho para Brasília: 50 anos em 5**. Vol. III. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978.

NORT, Egon. **Brasil rumo ao Primeiro Mundo**. Santa Catarina: Egon Nort, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica**. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

PNUD. **The Human Development Report 2021/2022**. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf_1.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

REZENDE, Cyro. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2010.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

(*) Economista brasileiro, professor de Economia no UNIESP, conselheiro efetivo do CORECON-PB, sócio efetivo do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba, autor de 12 e-books de Economia pela Editora UNIESP, autor e co-autor de mais de 300 artigos de Economia e apresentador do Programa Economia em Alta na Rádio Alta Potência. WhatsApp: 55 (83) 98122-7221.